



Mariana Prioli Cordeiro
Bernardo Svartman
Laura Vilela e Souza
Organizadores

Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas

1ª Edição

São Paulo
Psicologia/USP
Universidade de São Paulo
2018

Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas

Mariana Prioli Cordeiro,
Bernardo Svartman
Laura Vilela e Souza
(Organizadores)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibido qualquer uso para fins comerciais.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas / organizado por Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman e Laura Vilela e Souza. – São Paulo : Instituto de Psicologia, 2018.

260 p.

ISBN: **978-85-86736-80-3**

DOI: **10.11606/9788586736803**

1. Psicologia 2. Assistência social 3. Políticas públicas I. Título

BF38

APRESENTAÇÃO

Mariana Prioli Cordeiro

Bernardo Svartman

Laura Vilela e Sousa

A atuação de psicólogas e psicólogos na assistência social não é algo novo. Afinal, há décadas, essas(es) profissionais vêm trabalhando em comunidades, instituições de acolhimento, serviços voltados à inclusão de pessoas com deficiência etc. No entanto, é inegável que, a partir de 2005, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o número de psicólogas(os) atuando na área aumentou enormemente – a ponto de, hoje, podemos dizer que ela constitui um importante campo de empregabilidade para a profissão.

Isso se deve, principalmente, ao fato de uma das normativas da política – a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) (Brasil, 2011) – prever a contratação de psicólogas(os) para trabalhar nas equipes de referência de muitos serviços de assistência social, fazendo com que hoje eles empreguem mais de 22 mil de profissionais (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017) – o que corresponde a aproximadamente 8% das(os) psicólogas(os) em atividade no Brasil¹.

O aumento no número de psicólogas(os) na assistência social foi seguido por um incremento no número de pesquisas sobre o tema. Apenas para citar um exemplo: ao digitarmos os descritores “psicologia” e “assistência social” na *Scientific Electronic Library Online – Scielo* (www.scielo.org)², encontramos apenas três textos “pré-SUAS” que abordam, ainda que de forma transversal, a questão (Albuquerque, Coelho & Vasconcelos, 2004; Ramminger, 2001; Sarriera, Câmara & Berlim, 2000). Já entre 2005 e meados de 2017, as revistas indexadas pelo *Scielo* publicaram 60 artigos sobre o tema.

¹ Cálculo feito com base no número total de psicólogas(os) em atividade no país, disponível no site do Conselho Federal de Psicologia (<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>) e no Censo-Suas 2016 (Brasil, 2017). De acordo com esse documento, em 2016, havia 4376 psicólogas(os) trabalhando em CREAS, 9448 em CRAS, 2626 em Centros de Convivência, 598 em Centros POP, 1267 em Centros Dia e 3896 em Unidades de Acolhimento.

² Usando os filtros “até 2004” e “Brasil” e excluindo os textos que não abordavam os temas “psicologia” e “assistência social”.

Muitos desses artigos (bem como daqueles vinculados a outras bases de dados) abordam os desafios, conflitos e contradições que a entrada maciça da Psicologia na política de Assistência Social vem enfrentando. Dizem, por exemplo, que psicólogos(os) afirmam ainda não ter clareza sobre seu papel nessa política pública (Zanella, Bousfield, & Moreira, 2015), que sua formação acadêmica não as(os) prepara para atuar nesse campo (Macedo & Dimenstein, 2009) e que se sentem impotentes diante dos limites de sua atuação (Dantas & Oliveira, 2015). Denunciam a precariedade do trabalho na área (Cordeiro & Sato, 2017), as dificuldades inerentes ao trabalho intersetorial e interdisciplinar (Afonso, Vieira-Silva, Abade, Abrantes & Fadul, 2012), a permanência de práticas assistencialistas (Andrade & Romagnoli, 2010), o viés clientelista e o abuso de poder dos gestores (Ribeiro & Guzzo, 2014).

Vários desses textos apontam que, a despeito dos inúmeros obstáculos, a entrada da Psicologia no SUAS trouxe várias possibilidades. Possibilidades essas que constituem um dos eixos norteadores desta coletânea. Mais precisamente, nela, objetivamos introduzir alunas(os) de graduação, pós-graduação, pesquisadoras(es) e trabalhadoras(es) no debate em torno da atuação da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social. Debate este que inclui não só potencialidades, mas também dificuldades. Assim, neste livro, falaremos de desafios, mas também de possíveis caminhos. Discutiremos conceitos, mas também relataremos experiências concretas de intervenção.

Um livro com tais propósitos, como não poderia deixar de ser, foi escrito por muitas mãos. Mão pertencentes a pesquisadoras(es), militantes, trabalhadoras(es) e usuárias(os) do SUAS. Que compartilham suas reflexões e experiências, trazendo para o debate diferentes referenciais teóricos e posicionamentos sobre a política de Assistência Social. Afinal, nesta coletânea, não buscamos apresentar uma leitura única do SUAS – falar sobre o que o SUAS é – mas mostrar um pouco da diversidade de práticas, técnicas, posicionamentos e reflexões que envolvem a atuação da psicologia na política de assistência social.

Para isso, dividimos o livro em três partes. A primeira delas, intitulada “Conversando sobre Psicologia e Políticas Públicas”, apresenta uma discussão mais geral sobre a inserção da Psicologia no campo das políticas públicas. No capítulo 1, Peter Spink argumenta que “política pública” não é uma noção óbvia, natural ou inevitável e que a economia política de recursos e benefícios públicos é entrecruzada por uma multiplicidade de linguagens sociais de ação. No capítulo seguinte, Isabel Fernandes de Oliveira e Ana Ludmila Costa “afunilam” a questão ao

discutir a inserção da Psicologia no campo das políticas sociais. Afirmam que, no geral, ela tem servido para pacificar a “questão social”, mas que é possível fazer diferente. No terceiro capítulo, Jacy Curado toma uma das questões abordadas no capítulo anterior – o enfrentamento da pobreza – como seu foco de análise. E nos provoca a pensar sobre nossas práticas ao nos perguntar se existe uma “Psicologia da Pobreza” ou uma “Pobreza da Psicologia”.

A parte II – intitulada “Conversando sobre o SUAS” – é composta por 6 capítulos, que visam apresentar a história, os eixos estruturantes e conceitos fundamentais do SUAS. O capítulo 4, de autoria de Mariana Prioli Cordeiro, apresenta, de forma sintética, vários dos pontos abordados e aprofundados nos capítulos subsequentes, oferecendo um panorama sobre a história e o presente da assistência social no Brasil. Já no capítulo 5, Roberta Romagnoli e Fabiana Fadul discutem a importância e os desafios da intersetorialidade. As autoras argumentam que a articulação entre as políticas públicas é tanto um princípio quanto um método para promover garantia direitos, desenvolvimento social e ampliação da cidadania.

No capítulo seguinte, Vânia Nery aborda outro desafio presente no trabalho no SUAS: o trabalho interdisciplinar. A articulação de saberes oriundos das diferentes áreas do conhecimento é vista, pela autora, como algo que possui força de mudança e amplia as possibilidades interventivas da área. Além disso, ela adensa o debate em torno da construção da identidade coletiva da(o) trabalhadora(r) da assistência social – o que é fundamental para a consolidação dessa política.

No capítulo 7, Joari Aparecido Soares de Carvalho, por sua vez, aborda o tema da vigilância socioassistencial. Como afirma o autor, tema que carrega inúmeros enigmas e imprecisões. Acompanhando a história de transformação do próprio termo, reflete sobre seus sentidos com o objetivo de que usuários e profissionais possam se aproximar de suas práticas. No capítulo seguinte, Simone M. Hüning e Andrea Scisleski, analisam as noções de vulnerabilidade e de risco social presentes na política de assistência social no contexto brasileiro. Como afirmam as autoras, essa discussão ajudará as(os) profissionais na aproximação com o campo da assistência social lançando questões sobre a implicação desses conceitos nas ações e programas da PNAS. Também buscaram discutir a forma como as(os) psicólogas(os) podem compreender esses termos de modo a observar também a potência de ação dos sujeitos. O capítulo 9, de autoria de José Fernando Andrade Costa e Luis Guilherme Galeão-Silva, apresenta uma reflexão crítica sobre os usos da palavra “cidadania”,

especialmente no contexto da política de assistência social brasileira. A intenção dos autores foi retomar o sentido *crítico* contido na noção de cidadania, apresentando suas nuances históricas e indicando alguns dos sentidos que assume no campo da política pública de assistência social.

A parte III – intitulada “Conversando sobre experiências no SUAS”, é composta por cinco capítulos. Nesta última seção, o objetivo é apresentar e discutir experiências de atuação no SUAS do ponto de vista de seus diversos atores. O capítulo 10 apresenta uma entrevista com Daniel Martins, na qual ele relata sua longa trajetória de representação e militância em defesa do SUAS e de suas(eus) usuárias(os). A partir de sua participação como representante das(os) usuárias(os) em diversos conselhos e comissões e de sua militância no Coletivo de Defesa do SUAS, Daniel analisa a política do ponto de vista das(os) usuárias(os) e também relata as dificuldades e desafios de seu trabalho. O capítulo seguinte, de autoria de Carmem Magda Ghetti Senra, relata a experiência da equipe de referência de um CRAS para analisar possibilidades de atuação a partir do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). A experiência junto a um grupo de moradoras(es) de um condomínio habitacional, construído no território de abrangência do CRAS com recursos do Programa de Aceleração de Crescimento-PAC, apoia uma reflexão sobre possibilidades inovadoras de atuação, que envolvam ações interdisciplinares no território e com envolvimento comunitário.

O capítulo 12, de autoria de Mariana Prioli Cordeiro, Juliana Thomaz e Sthefânia Carvalho, aborda as especificidades do trabalho na Proteção Social Especial. Além de apresentarem os objetivos e principais características da PSE, também analisam os desafios e dificuldades presentes nesse campo. O relato e análise da experiência de trabalho na “república jovem” orientam e tornam mais concretas as discussões apresentadas. No capítulo 13, Luis Fernando de Oliveira Saraiva apresenta uma análise crítica das concepções de família e de matricialidade sociofamiliar que embasam as normas e diretrizes da política. O relato de acompanhamento de uma família apoia uma discussão sobre as possibilidades de uma prática que não recaia em atuações adaptativas, docilizadoras ou culpabilizadoras das(os) próprias(os) usuárias em relação aos problemas enfrentados. O capítulo de 15, de Bernardo Parodi Svartman e Ananda Sierra Gama relata uma experiência de atuação junto a dois Centros de Juventude na zona sul de São Paulo. O autor e a autora desenvolveram um conjunto de oficinas de Orientação Profissional (OP) em parceria com as(os) educadoras(es) dos equipamentos e, a partir dos resultados dessa experiência, discutem possibilidades de articulação entre princípios da

psicologia social comunitária e propostas de OP no contexto da proteção social básica. O último capítulo, de Laura Vilela e Souza, articula ideias construcionistas sociais sobre práticas grupais com a atuação na proteção social básica. A autora, a partir do reconhecimento dos desafios da atuação no CRAS, apresenta recursos para a realização de grupos nesse contexto com caráter co-construído, negociado e colaborativo.

Ao final deste percurso, ficamos com a impressão de que um fio condutor confere unidade a este trabalho coletivo: a apresentação da história do SUAS a partir do ponto de vista das lutas das trabalhadoras e trabalhadores, usuárias e usuários, pesquisadoras e pesquisadores que continuam engajados em sua construção. O objetivo foi colocar em diálogo diferentes perspectivas, tanto teóricas como de atuação, mas que tivessem em comum uma postura engajada de defesa do SUAS e das formas de atuação desenvolvidas em seu contexto, tarefa que parece exigida pelo próprio momento histórico que vivemos. Essa proposta leva em conta que a política de assistência social é uma construção histórica, e por isso pode ser constantemente avaliada e melhorada, e principalmente, deve ser defendida quando parece estar sob ataque. Isso significa contextualizá-la, refletir sobre seus resultados e potencialidades, sobre suas limitações e contradições, à luz das forças objetivas que dificultam a realização de seus objetivos. Também pressupõe que deve ser analisada no contexto das inúmeras interferências que pode sofrer a partir de pressões governamentais (a constante ameaça da visão conservadora e retrógrada da caridade, do primeiro-damismo ou de instrumentalização partidária das ações) e a partir de seu papel por vezes contraditório e ambíguo em uma sociedade que reproduz constantemente, estruturalmente, formas de dominação e desigualdade social. Essa contextualização histórica e política, tarefa da análise crítica, permite uma abordagem não idealizada e tampouco ingênuas das possibilidades de atuação abertas, permite uma reflexão dos resultados alcançados a partir de uma concepção de seguridade social e de garantia de direitos, e permite manter em vista as promessas e possibilidades que ainda não se cumpriram em sua execução. Temos a pretensão de que a perspectiva crítica e dialógica assim descrita permita uma introdução ao tema que é ao mesmo tempo uma apresentação de sua história, suas lutas e expectativas, e uma possibilidade de que as(os) futuras(os) profissionais se engajem na permanente construção dessa política à luz dos valores e princípios que animaram verdadeiramente sua criação.

Referências

- Afonso, Maria Lúcia M., Vieira-Silva, Marcos, Abade, Flávia L., Abrantes, Tatiana M., & Fadul, Fabiana M. (2012). A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisa e práticas psicossociais*, 7(2), 189-200.
- Albuquerque, Francisco José B. de, Coelho, Jorge Artur P. de M., & Vasconcelos, Tatiana Cristina. (2004). As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 81-88. doi: 10.1590/S1413-294X2004000100010.
- Andrade, Laura Freire de, & Romagnoli, Roberta Carvalho. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619.
- Dantas, Cândida M. B., & Oliveira, Isabel F. (2015). A psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS. In Aline Accorssi et al. (Orgs), *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia* (pp. 177-196). Florianópolis, SC: ABRAPSO : Edições do Bosque/CFH/UFSC.
- Macedo, João Paulo, & Dimenstein, Magda. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293-300.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2017). *Censo SUAS 2016: resultados nacionais*. Brasília, DF: autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ramminger, Tatiana. (2001). Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1), 42-45. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932001000100005>
- Ribeiro, Maisa E., & Guzzo, Raquel S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), 83-96.
- Sarriera, Jorge C., Câmara, Sheila G., & Berlim, Cynthia S. (2000). Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 189-198. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100019>

Zanella, Andrea, Bousfield, Andrea B., & Moreira, Aida N. V. (2015) A atuação dos/as psicólogos/as nos CRAS, em Florianópolis, e alguns desafios para a formação. In Aline Accorssi et al. (Orgs), *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia* (pp. 423-438). Florianópolis, SC: ABRAPSO: Edições do Bosque/CFH/UFSC.